



**FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.**

CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75

NIRE 31.300.011.879

(Companhia Aberta)

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

A Administração da Ferrovia Centro Atlântica S.A. ("Companhia") encaminha a presente proposta que tem por objetivo prestar esclarecimentos e orientações de voto aos Senhores Acionistas acerca das deliberações a serem tomadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, que será realizada no próximo dia 30 de abril de 2019, às 10:00 (dez) horas ("Assembleia"), na sede social da Companhia, na Rua Sapucaí nº 383, na Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, conforme Edital de Convocação anexo I à presente Proposta e que será publicado três dias consecutivos a partir do dia 01 de abril de 2019, conforme os termos da Lei das Sociedades Anônimas, as quais se encontram discriminadas e detalhadas no presente documento.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

Apresentamos, a seguir, aos Senhores Acionistas a proposta da administração em relação às matérias constantes da ordem do dia da Assembleia ("Proposta"). O objetivo é esclarecer com relação a cada um dos itens constantes da pauta a ser votada, a recomendação da Administração da Companhia com relação a tais deliberações.

**REPRESENTAÇÃO DOS ACIONISTAS**

Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia Geral munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados.

Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

**VOTO A DISTÂNCIA**

Conforme faculdade prevista na Instrução CVM 481, a Ferrovia Centro Atlântica S.A, disponibilizará para a Assembleia Geral ora convocada a possibilidade de participação à distância por meio do Boletim de Voto à Distância.

Para participar da Assembleia Geral por meio dessa modalidade, os acionistas da Companhia deverão preencher os campos próprios, assinar no Boletim de Voto e enviá-lo, alternativamente, para: (i) o Agente de Custódia responsável pela custódia das ações de emissão da Companhia de sua titularidade ("Agente de Custódia"), desde que ele esteja apto a receber o Boletim de Voto nos termos da Instrução CVM 481; ou, ainda, (ii) a Companhia, diretamente.

Além disso, cabe salientar que nos termos da Instrução CVM 481, os agentes de custódia podem, mas não são



**FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.**

CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75

NIRE 31.300.011.879

(Companhia Aberta)

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**

obrigados a receber os Boletins de Voto dos acionistas da Companhia. Em razão disso, é recomendado aos acionistas que verifiquem junto ao respectivo Agente de Custódia se o mesmo prestará tal serviço, bem como seus custos e procedimentos. Nos casos em que o Agente de Custódia opte por receber os Boletins de Voto, os acionistas da Companhia poderão, também, a seu exclusivo critério, encaminhar o Boletim de Voto diretamente a tais agentes.

Ainda, nos termos da Instrução CVM 481, os acionistas que assim desejarem, também poderão encaminhar o Boletim de Voto diretamente para a Companhia, e, neste caso, devem observar as regras a seguir: (i) O Boletim de Voto somente será recebido quando enviado fisicamente, por via postal, endereçado à Gerência de Relações com Investidores da Companhia, localizada na Cidade de Belo Horizonte, Estado do Minas Gerais, na Rua Tapuias, 49, Floresta, 7º andar, ou quando enviado por e-mail, para o seguinte endereço eletrônico: [relacionamentocomacionistas@vli-logistica.com.br](mailto:relacionamentocomacionistas@vli-logistica.com.br), devendo os originais, neste último caso, serem encaminhados à Companhia antes da data prevista para realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ora convocada; (ii) o Boletim de Voto deverá conter local, data e assinatura do acionista solicitante. Caso o acionista seja considerado uma pessoa jurídica nos termos da legislação brasileira, a assinatura deverá ser de seus representantes legais, ou procuradores com poderes para prática deste tipo de ato; (iii) o Boletim de Voto encaminhado diretamente à Companhia deverá estar acompanhado da documentação que comprove a qualidade de acionista ou de representante legal do acionista signatário, observados, portanto, os requisitos e formalidades indicados acima.

O Boletim de Voto que estiver desacompanhado da documentação necessária à comprovação da condição de acionista, ou à comprovação de sua representação não será considerado válido, e, em consequência, não será processado pela Companhia, podendo, contudo, ser corrigido e reenviado pelo acionista à Companhia, observados os prazos e procedimentos estabelecidos na Instrução CVM 481.

Será admitido o Boletim de Voto que for recebido pelo Agente de Custódia (conforme o caso) e/ou pela Companhia até 7 (sete) dias antes da data de realização da Assembleia Geral nos termos do art. 21-B da Instrução CVM 481. O Boletim de Voto que for entregue após este prazo será considerado inválido e não será processado pela Companhia. Após o decurso do prazo mencionado, caso remanesçam itens não preenchidos dos Boletins de Voto apresentados, a Companhia informa que os considerará como instrução equivalente à abstenção de voto em relação a tais matérias.

**ESCLARECIMENTOS ADICIONAIS**

Os acionistas da Companhia interessados em acessar as informações ou sanar dúvidas relativas à Proposta acima deverão contatar a área de Relações com Investidores da Companhia, por meio do telefone (31) 3279-5290 ou via e-mail [relacionamentocomacionistas@vli-logistica.com.br](mailto:relacionamentocomacionistas@vli-logistica.com.br).

Em consonância com a Instrução CVM 481, os documentos de interesse para a participação na Assembleia encontram-se em anexo e disponíveis nos *websites* da Companhia ([www.vli-logistica.com.br](http://www.vli-logistica.com.br)) da CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

Belo Horizonte, 29 de março de 2019.

**A Administração**

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2019**

**(I) COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA DA COMPANHIA**  
*(Conforme item 10 do Formulário de Referência)*

**10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**

**a. Condições financeiras e patrimoniais gerais**

O ano de 2018 foi de crescimento para a Ferrovia Centro Atlântica S.A.. Mesmo diante de fatores externos com destaque para o evento da greve rodoviária, quebras de safra de milho na área de influência da companhia e redução da produção de açúcar, a FCA superou desafios e encerrou o ano de 2018 com EBITDA de R\$ 553 milhões (aumento de 47,5%), impulsionado pela maior eficiência operacional. Além disso, o projeto Complexo Mineral de Patrocínio completou o segundo ano de operação, com aumento de 68% de seu volume transportado na ferrovia em relação a 2017. Adicionalmente, o aumento da capacidade portuária nas áreas de influência da FCA, motivaram um ganho no volume de produtos agrícolas, principalmente soja, movimentados no porto.

Com o objetivo de suportar o crescimento previsto em seu plano de negócios, a Companhia investiu mais de R\$ 632 milhões na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos voltados para meio ambiente e saúde e segurança.

Para 2019, novos projetos estão planejados para continuidade do crescimento e manutenção de nossas operações.

**b. Estrutura de capital**

O patrimônio líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, foi de R\$ 4,602 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 31 milhões. Em 31 de dezembro de 2017, seu patrimônio líquido foi de R\$ 4,389 bilhões enquanto a Companhia tinha uma posição de caixa de R\$ 73 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, foi de R\$ 4,381 bilhões, enquanto sua posição de caixa foi de R\$ 49,2 milhões.

**c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o fluxo de caixa e a posição de liquidez, a administração da companhia acredita que todos os compromissos financeiros, se assumidos, serão honrados em seus devidos vencimentos.

**d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas**

A Companhia utilizou, nos três últimos exercícios sociais, recursos próprios gerados de suas atividades e também recursos de terceiros para executar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. A tabela abaixo apresenta as informações sobre o fluxo de caixa da Companhia para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018, 2017 e 2016:

**Em milhares de Reais**

	<b>31/12/2018</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Recebimento pela venda de imobilizado	8.734	5.770	11.712
Compra de ativo imobilizado e intangível	(631.901)	(535.174)	(634.756)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(623.167)</b>	<b>(623.044)</b>	<b>(370.824)</b>

**e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez**

A administração da Companhia estima que os recursos próprios gerados de suas atividades serão suficientes

para financiar seus investimentos em ativos não circulantes e de capital de giro. Caso haja necessidade de recursos adicionais no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, a Companhia receberá aportes de valores de sua controladora VLI Multimodal S.A.

**f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda: (i) contratos de empréstimo e financiamento relevantes; (ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras; (iii) grau de subordinação entre as dívidas; e (iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

Não aplicável, uma vez que nos 3 (três) últimos exercícios sociais a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

**g. limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados**

Nos três últimos exercícios sociais, a Companhia não possuía empréstimos ou financiamentos contratados junto a instituições financeiras.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

## ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

### DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	AH%
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	30.643	0,54	73.047	1,38	(58,05)
Contas a receber	191.583	3,40	202.975	3,82	(5,61)
Outros ativos financeiros	-	n/a	483	0,01	n/a
Estoques	146.054	2,59	77.653	1,46	88,09
Tributos a recuperar	182.321	3,24	38.441	0,72	374,29
Tributos antecipados sobre o lucro	-	n/a	11.271	0,21	n/a
Despesas pagas antecipadamente	20.455	0,36	20.725	0,39	(1,30)
Demais ativos	30.511	0,54	47.002	0,89	(35,09)
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>601.567</b>	10,68	<b>471.597</b>	8,88	27,56
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber	267.629	4,75	268.733	5,06	(0,41)
Despesas pagas antecipadamente	12.586	0,22	13.991	0,26	(10,04)
Tributos a recuperar	86.241	1,53	36.339	0,68	137,32
Contas a receber da RFFSA (União)	97.851	1,74	89.860	1,69	8,89
Sinistros a recuperar	2.761	0,05	32.286	0,61	(91,45)
Demais ativos	2.186	0,04	9.390	0,18	(76,72)
Depósitos judiciais	241.083	4,28	239.648	4,51	0,60
Tributos diferidos sobre o lucro	164.856	2,93	215.964	4,07	(23,67)
<b>Imobilizado</b>	929.388	16,50	675.952	12,73	37,49
<b>Intangível</b>	3.227.856	57,29	3.256.817	61,33	(0,89)
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>5.032.437</b>	89,32	<b>4.838.980</b>	91,12	4,00
<b>Total do ativo</b>	<b>5.634.004</b>	100,00	<b>5.310.577</b>	100,00	6,09

Em milhares de Reais

	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	AH%
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
Circulante					
Fornecedores	279.797	4,97	186.624	3,51	49,93
Contas a pagar	72.421	1,29	339.855	6,40	(78,69)
Tributos a recolher	12.725	0,23	17.243	0,32	(26,20)
Tributos a recolher sobre o lucro	25.046	0,44	-	n/a	n/a
Obrigações sociais e trabalhistas	90.045	1,60	91.384	1,72	(1,47)
Arrendamentos e concessão	42.001	0,75	37.880	0,71	10,88
Antecipações de clientes	41.441	0,74	46.947	0,88	(11,73)
Receitas diferidas	2.048	0,04	1.567	0,03	30,70
Demais passivos	2.255	0,04	14.718	0,28	(84,68)
Total do passivo circulante	<b>567.779</b>	10,08	<b>736.218</b>	13,86	(22,88)
Não circulante					
Provisão para processos judiciais	28.447	0,50	55.536	1,05	(48,78)
Benefícios a empregados	2.301	0,04	3.591	0,07	(35,92)
Receitas diferidas	23.824	0,42	23.628	0,44	0,83
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	410.000	7,28	79.978	1,51	4
Tributos diferidos sobre o lucro	-	n/a	22.752	0,43	n/a
Total do passivo não circulante	<b>464.572</b>	8,25	<b>185.485</b>	3,49	6
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	4.638.837	82,34	4.558.859	85,84	1,75
Prejuízos acumulados	(37.184)	(0,66)	(169.985)	(3,20)	(78,13)
Total do patrimônio líquido	<b>4.601.653</b>	81,68	<b>4.388.874</b>	82,64	4,85
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>5.634.004</b>	100,0	<b>5.310.577</b>	100,0	6,09

**Considerações sobre as principais contas do Ativo**

**Ativo Circulante**

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 471,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 601,5 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente de 27,5%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 99,20% em 31 de dezembro de 2018 e 96,64% em 31 de dezembro de 2017, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	8.556	23.645
Aplicações Financeiras	22.087	49.402
	<b>30.643</b>	<b>73.047</b>

**Ativo Não Circulante**

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,839 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 5,032 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de 3,9 % do total do ativo não circulante.

**Intangível**

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,257 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 3,228 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 0,89% do total do intangível. Destaca-se os investimentos em material rodante, aquisição de equipamentos e reformas de oficinas no montante de R\$ 324,5 milhões, as transferências de intangível para imobilizado no montante de R\$ 29,7 milhões e as amortizações totais de (R\$ 321 milhões), que contribuíram para uma redução líquida de R\$ 29 milhões nos saldos.

	<u>Direitos de concess</u>	<u>Softwares</u>	<u>Benfeitorias em bens</u>	<u>Intangível em</u>	<u>Total</u>
<b>Valor de custo</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	43.168	19.607	4.423.043	471.709	4.957.52
Adições	-	-	-	324.510	324.510
Baixas	-	-	(3.529)	-	(3.529)
Transferências	-	2.280	205.464	(237.218)	(29.474)
	<b>43.168</b>	<b>21.887</b>	<b>4.624.978</b>	<b>559.001</b>	<b>5.249.03</b>
<b>Valor de amortização</b>					
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(25.265)	(12.186)	(1.663.25)	-	(1.700.7
Adições	(2.065)	(2.772)	(316.508)	-	(321.345
Baixas	-	-	877	-	877
	<b>(27.330)</b>	<b>(14.958)</b>	<b>(1.978.89)</b>	<b>-</b>	<b>(2.021.1</b>
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de	17.903	7.421	2.759.784	471.709	3.256.81
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro	15.838	6.929	2.646.088	559.001	3.227.85

### **Imobilizado**

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 674,9 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 929,4 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 37,78% e está substancialmente representado por gastos relacionados à construção de oficinas e pátios, manutenção de via permanente, dragagem, aquisição, recuperação, modernização de vagões.

	<u>Terrenos, edifícios e benfeitorias</u>	<u>Máquinas, equipamentos, instalações e veículos</u>	<u>Locomotivas e vagões</u>	<u>Via permanente</u>	<u>Imobilizado em andamento (a)</u>	<u>Outros ativos</u>	<u>Total</u>
<b>Valor de custo</b>							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	7.316	135.118	940.706	95.270	1.349	3.695	1.183.454
Adições	-	-	-	-	307.391	-	307.391
Baixas	-	(57)	(7.567)	(1)	-	-	(7.625)
Transferências	7.160	32.876	50.934	3.298	(65.181)	387	29.474
	<b>14.476</b>	<b>167.937</b>	<b>984.073</b>	<b>98.567</b>	<b>243.559</b>	<b>4.082</b>	<b>1.512.694</b>
<b>Valor de depreciação</b>							
Saldo em 1º de janeiro de 2018	(2.047)	(56.824)	(448.591)	-	-	(40)	(507.502)
Adições	(518)	(15.060)	(47.670)	(17.937)	-	(274)	(81.459)
Baixas	-	40	5.615	-	-	-	5.655
	<b>(2.565)</b>	<b>(71.844)</b>	<b>(490.646)</b>	<b>(17.937)</b>	<b>-</b>	<b>(314)</b>	<b>(583.306)</b>
Saldo contábil, líquido em 1º de janeiro de 2018	5.269	78.294	492.115	95.270	1.349	3.655	675.952
Saldo contábil, líquido em 31 de dezembro de 2018	11.911	96.093	493.427	80.630	243.559	3.768	929.388



### Passivo Circulante

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 763,2 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 567,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando uma redução de 25,6% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pela redução de contas a pagar no montante de R\$ 267,4 milhões, devido a redução de exposição na operação de risco sacado e pelo aumento de R\$ 93,2 milhões dos saldos de fornecedores.

### Passivo Não Circulante

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 185,5 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 464,6 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente de 150,4% do total do passivo não circulante. Tal variação está representada principalmente pelo incremento dos adiantamentos para futuro aumento de capital no montante de R\$ 330,1 milhões.

### Patrimônio Líquido

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,389 bilhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 4,602 bilhões em 31 de dezembro de 2018, representando aumento de aproximadamente 4,85% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2018.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2018	AV%	31/12/2017	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.413.961	100,00	2.124.532	100,00	13,62
Custo dos serviços prestados	(2.210.215)	(91,56)	(2.024.332)	(95,28)	9,18
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>203.746</b>	8,44	<b>100.200</b>	4,72	103,34
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(53.290)</b>	(2,21)	<b>(74.699)</b>	(3,52)	(28,66)
Gerais e administrativas	(84.367)	(3,49)	(67.953)	(3,20)	24,15
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26.555	1,10	(9.293)	(0,44)	(385,75)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	4.522	0,19	2.547	0,12	77,54
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>150.456</b>	6,23	<b>25.501</b>	1,20	490,00
<b>Resultado financeiro</b>	<b>50.365</b>	2,09	<b>(10.902)</b>	(0,51)	(561,98)
Receitas financeiras	5.242	0,22	5.770	0,27	(9,15)
Despesas financeiras	(25.634)	(1,06)	(37.586)	(1,77)	(31,80)
Ganhos com variação monetária e cambial	70.757	2,93	20.914	0,98	238,32
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>200.821</b>	8,32	<b>14.599</b>	0,69	1.275,58
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(68.020)</b>	(2,82)	<b>(7.224)</b>	(0,34)	841,58
Tributos correntes	(39.664)	(1,64)	(1.611)	(0,08)	2.362,07
Tributos diferidos	(28.356)	(1,17)	(5.613)	(0,26)	405,18
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>132.801</b>	5,50	<b>7.375</b>	0,35	1.700,69
Lucro líquido do exercício básico e diluído por ação - R\$	1,19		0,07		

### Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2018, a receita líquida somou R\$ 2,414 bilhões, representando um aumento de 13,6% sobre o mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,125 bilhão. O crescimento da receita foi

devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

### ***Custos e Despesas***

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 2,210 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 9,18% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 2,024 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2018 foram despesas combustíveis, alugueis e os custos de depreciação e amortização.

### ***Despesas Gerais e Administrativas***

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 84,4 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 24,3% em relação ao mesmo período de 2017, no valor de R\$ 67,9 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

### ***Outras receitas (despesas) operacionais líquidas***

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 26,6 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018 o que representou uma redução de, aproximadamente, 113,9% em relação ao mesmo período de 2017, quando totalizou R\$ 9,3 milhões negativos. A variação positiva de R\$ 35,9 milhões tem como principal impacto o registro em 2018 de R\$ 78,6 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017 e reconhecidos em função de ter a jurisprudência pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita. Em 2017, créditos fiscais provenientes dos pagamentos feitos a maior de PIS e COFINS, durante os períodos de 2011 a 2016, decorrente das entradas fiscais de materiais e insumos necessários a sua atividade preponderante e no montante de R\$ 40,1 milhões.

### ***Resultado operacional***

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 25,5 milhões negativos em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 150,5 milhões positivos em 31 de dezembro de 2018. A expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo incremento das receitas líquidas na ordem de R\$ 289 milhões, com incremento dos custos somente na ordem de R\$ 186 milhões. Destaca-se também o registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima.

### ***Resultado financeiro***

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 50,3 milhões positivos contra o resultado positivo em 31 de dezembro de 2017 de R\$ 10,9 milhões negativos, representando uma redução de 562,4%. Tal variação se deu basicamente pelos ganhos de R\$ 60,6 milhões e oriundos do registro de créditos tributários referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima.

### ***Lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social***

O valor do lucro antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de R\$ 14,6 milhões em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 200,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, representando um aumento de aproximadamente 1275,3%. Tal variação se deu em razão da expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo incremento das receitas líquidas na ordem de R\$ 289 milhões, com incremento dos custos somente na ordem de R\$ 186 milhões. Destaca-se também o registro de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017, conforme mencionado acima.

### ***Lucro Líquido do exercício***

Em 2018 a empresa apurou um lucro de R\$ 132,8 milhões em 2018, um aumento de R\$ 125,4 milhões acima do resultado de 2017.



**FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**

	<u>31/12/201</u>	<u>31/12/201</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	132.801	7.375
<b>Ajustes de</b>		
Depreciação e amortização		349.334
Provisões / reversões para perdas e processos judiciais	(30.927)	7.910
Perdas (ganhos) com variação monetária e cambial	(70.757)	(20.914)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
(Ganho) perda na alienação de ativo imobilizado e intangível	(4.112)	5.535
Receitas diferidas	(1.727)	(1.567)
Ajuste a valor presente	13.503	16.819
Despesas com benefícios a empregados	(1.290)	1.607
Tributos diferidos sobre o lucro	28.356	5.613
Despesas financeiras - leasing	-	5.645
	<u>470.476</u>	<u>379.182</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	16.334	(30.851)
Outros ativos financeiros	483	-
Estoques	(68.401)	(14.431)
Tributos a recuperar	(134.604)	4.877
Tributos antecipados sobre o lucro	25.206	-
Contas a receber da RFFSA (União)	-	(294)
Despesas pagas antecipadamente	(150)	1.594
Depósitos judiciais	7.846	31.181
Sinistros a recuperar	29.525	7.641
Demais ativos	23.892	(2.679)
Fornecedores	95.019	(26.821)
Contas a pagar	(280.937)	236.512
Tributos a recolher	(4.606)	364
Tributos a recolher sobre o lucro	25.047	-
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.339)	44.367
Benefícios a empregados	(7.648)	(36)
Arrendamento e concessões	4.121	(12.179)
Receitas diferidas	2.284	
Antecipações de clientes	(5.506)	(8.693)
Demais passivos	(12.344)	(14.234)
	<u>184.698</u>	<u>595.500</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.935)	(3.561)
	<u>170.763</u>	<u>591.939</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Recebimento pela alienação de imobilizado e intangível	8.734	5.770
Aquisição de imobilizado e intangível	(631.901)	(535.174)
	<u>(623.167)</u>	<u>(529.404)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	410.000	-
Pagamentos de leasing	-	(38.705)
	<u>410.000</u>	<u>(38.705)</u>
<b>Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(42.404)</u>	<u>23.830</u>

Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	73.047	49.217
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	30.643	73.047

Em 2018 a companhia apresentou uma redução de caixa da ordem de R\$ 42,4 milhões em comparação ao ano anterior.

### ANÁLISE DA SITUAÇÃO PATRIMONIAL – 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2016

#### DADOS CONTÁBEIS SELECIONADOS

Em milhares de Reais

	31/12/2017	AV(%)	31/12/2016 (reapresentado)	AV(%)	AH(%)
<b>Ativo</b>					
<i>Circulante</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	73.047	1,38	49.217	0,97	48,4
Contas a receber	202.975	3,82	151.569	2,99	33,9
Outros ativos financeiros	483	0,01	-	-	-
Estoques	77.653	1,46	63.222	1,25	22,8
Tributos a recuperar	38.441	0,72	38.202	0,75	0,6
Tributos antecipados sobre o lucro	11.271	0,21	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	20.725	0,39	22.319	0,44	(7,1)
Sinistros a recuperar	-	-	39.927	0,79	-
Demais ativos	47.002	0,89	28.519	0,56	64,8
	<b>471.597</b>	<b>8,88</b>	<b>392.975</b>	<b>7,74</b>	<b>20,0</b>
<i>Não circulante</i>					
Contas a receber	268.733	5,06	284.676	5,61	(5,6)
Despesas pagas antecipadamente	13.991	0,26	15.816	0,31	(11,5)
Depósitos judiciais	239.648	4,51	253.140	4,99	(5,3)
Tributos a recuperar	36.339	0,68	48.654	0,96	(25,3)
Tributos diferidos sobre lucro	215.964	4,07	213.051	4,20	1,4
Contas a receber da RFFSA (União)	89.860	1,69	87.230	1,72	3,0
Sinistros a recuperar	32.286	0,61	-	-	-
Demais ativos	9.390	0,18	25.194	0,50	(62,7)
Imobilizado	675.952	12,73	598.725	11,79	12,9
Intangível	3.256.817	61,33	3.157.344	62,19	3,2
	<b>4.838.980</b>	<b>91,12</b>	<b>4.683.830</b>	<b>92,26</b>	<b>3,3</b>
Total do ativo	<b>5.310.577</b>	<b>100,00</b>	<b>5.076.805</b>	<b>100,00</b>	<b>4,6</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<i>Circulante</i>					
Leasing	-	-	33.059	0,65	-
Fornecedores	186.624	3,51	192.581	3,79	(3,1)
Contas a pagar	339.855	6,40	103.343	2,04	228,9
Tributos a recolher	17.243	0,32	16.590	0,33	3,9
Obrigações sociais e trabalhistas	91.384	1,72	61.243	1,21	49,2
Arrendamentos e concessão	37.880	0,71	50.059	0,99	(24,3)
Antecipações de clientes	46.947	0,88	55.640	1,10	(15,6)
Receitas diferidas	1.567	0,03	1.567	0,03	-
Demais passivos	14.718	0,28	28.952	0,57	(49,2)
	<b>736.218</b>	<b>13,86</b>	<b>543.034</b>	<b>10,70</b>	<b>35,6</b>
<i>Não circulante</i>					
Provisão para processos judiciais	55.536	1,05	45.079	0,89	23,2
Benefícios a empregados	3.591	0,07	2.020	0,04	77,8
Tributos diferidos sobre lucro	22.752	0,43	-	-	-
Receitas diferidas	23.628	0,44	25.195	0,50	(6,2)
Adiantamentos para futuro aumento de capital - AFAC	79.978	1,51	79.978	1,58	-
	<b>185.485</b>	<b>3,49</b>	<b>152.272</b>	<b>3,00</b>	<b>21,8</b>
Patrimônio líquido					
Capital social	4.558.859	85,84	4.558.859	89,80	-

Prejuízos acumulados	(169.985)	(3,20)	(177.360)	(3,49)	(4,2)
	<b>4.388.874</b>	82,64	<b>4.381.499</b>	86,30	0,2
Total do passivo e patrimônio líquido	<b>5.310.577</b>	100,00	<b>5.076.805</b>	100,00	4,6

### **Considerações sobre as principais contas do Ativo**

#### **Ativo Circulante**

O valor do ativo circulante da Companhia passou de 392,9 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 471,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente de 20%. Tal variação é justificada principalmente pelo aumento contas a receber, caixa/equivalentes de caixa, tributos.

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 96,64% em 31 de dezembro de 2017 e 65,29% em 31 de dezembro de 2016, do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
Caixa e bancos	23.645	3.707
Aplicações Financeiras	49.402	45.510
	<b>73.047</b>	<b>49.217</b>

#### **Ativo Não Circulante**

O valor do ativo não circulante da Companhia passou de R\$ 4,684 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4,839 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 3,3 % do total do ativo não circulante.

#### **Intangível**

O valor do intangível da Companhia passou de R\$ 3,157 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,257 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 3,2% do total do intangível. Esse aumento decorreu dos investimentos realizados em material rodante e aquisição de equipamentos e reformas de oficinas.

	<b>Tempo estimado de vida útil</b>	<b>Taxa média anual de amortização</b>	<b>Custo histórico</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>
					<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Direitos de concessão	8,8 anos	11,33%	43.168	(25.265)	17.903	19.951
Softwares adquiridos	5 anos	20,00%	19.607	(12.186)	7.421	8.030
			<b>62.775</b>	<b>(37.451)</b>	<b>25.324</b>	<b>27.981</b>
<b>Benfeitorias em propriedades arrendadas</b>						
Terrenos	25 a 50 anos	4,00%	336	-	336	58
Imóveis						
Instalações operacionais	10 anos	10,00%	290.543	(49.095)	241.448	242.907
Equipamentos auxiliares/sistemas autônomos	5 a 20 anos	9,00%	14.772	(5.340)	9.432	111.235
Veículos	5 anos	20,00%	12.880	(5.273)	7.607	17.892
Bens administrativos/auxiliares	5 anos	20,00%	14	(14)	-	788
Equipamentos e aplicativos de informática	10 anos	10,00%	6.066	(2.210)	3.856	5.299
	5 anos	20,00%	39	(21)	18	126
	12 a 25 anos					
Locomotivas	anos	7,88%	157.594	(131.327)	26.267	160.180
Vagões	30 anos	3,33%	298.446	(57.802)	240.644	150.525
Via permanente	8,8 anos	11,33%	3.626.331	(1.411.268)	2.215.063	2.003.241
Outros ativos	10 anos	10,00%	16.022	(909)	15.113	245
			<b>4.423.043</b>	<b>(1.663.259)</b>	<b>2.759.784</b>	<b>2.692.496</b>
Benfeitorias em curso			471.709	-	471.709	436.867
			<b>4.957.527</b>	<b>(1.700.710)</b>	<b>3.256.817</b>	<b>3.157.344</b>

#### **Imobilizado**

O valor do ativo imobilizado da Companhia passou de R\$ 598,7 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 675,9 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 12,9%. Esse aumento foi decorrente de investimentos em equipamentos.

					31/12/2017	31/12/2016
Bens em operação	Tempo estimado de vida útil	Taxa média anual de depreciação	Custo histórico	Depreciação acumulada	Líquido	(reapresentado) Líquido
Imóveis	25 a 50 anos	3,99%	7.316	(2.047)	5.269	17.256
Instalações auxiliares/sistemas operacionais	10 a 20 anos	9,52%	4.362	(1.358)	3.004	3.147
Equipamentos autônomos	5 a 20 anos	11,45%	97.514	(36.455)	61.059	111.194
Veículos	5 anos	20%	14.257	(11.029)	3.228	2.844
Bens administrativos/auxiliares	10 anos	10%	17.076	(6.641)	10.435	9.888
Equipamentos e aplicativos de informática	5 anos	20%	1.909	(1.341)	568	711
Locomotivas	12 a 25 anos	6,76%	648.462	(304.320)	344.142	290.719
Vagões	33,3 anos	3,33%	292.244	(144.271)	147.973	151.004
Via permanente	19,08 anos	10,00%	95.270	-	95.270	8.636
Outros Ativos	10 anos	10,00%	3.695	(40)	3.655	-
			1.182.105	(507.502)	674.603	595.399
Benfeitorias em curso			1.349	-	1.349	3.326
			1.349	-	1.349	3.326
			<b>1.183.454</b>	<b>(507.502)</b>	<b>675.952</b>	<b>598.725</b>

### **Passivo Circulante**

O valor do passivo circulante da Companhia passou de R\$ 543 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 736,2 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento 35,6% do total do passivo circulante. Essa variação pode ser observada, principalmente, pelo aumento de contas a pagar, devido a: até 31 de dezembro de 2017, as aquisições totalizavam R\$ 339,8 milhões, sendo R\$ 310,7 milhões com prazo entre 270 e 360 dias que foram cedidas por nossos fornecedores (junto às instituições financeiras) com taxas entre 0,99% a.m. e 0,68% a.m., sendo o último vencimento a pagar em 11/09/2018. As demais aquisições totalizavam R\$ 29,1 milhões com prazo médio de pagamento de 90 dias (em 2016 a Companhia possuía apenas aquisições com prazo de 90 dias, no montante de R\$ 103,3 milhões).

### **Passivo Não Circulante**

O valor do passivo não circulante da Companhia passou de R\$ 152,3 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 185,5 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente de 21,8% do total do passivo não circulante. Tal variação está representada principalmente pela provisão para processos judiciais e tributos diferidos sobre o lucro.

### **Patrimônio Líquido**

O valor do patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 4,409 bilhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 4,389 bilhões em 31 de dezembro de 2017, representando redução de aproximadamente 0,2% do patrimônio líquido. Tal variação é representada pelo resultado apurado ao longo de 2017.

Em milhares de Reais, (exceto quando indicado de outra forma)

	31/12/2017	AV%	31/12/2016 (reapresentado)	AV%	AH%
Receita líquida de serviços prestados	2.124.532	n/a	1.667.362	n/a	27,4
Custo dos serviços prestados	(2.024.332)	(95,28)	(1.708.954)	(102,49)	18,5
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>	<b>100.200</b>	4,72	<b>(41.592)</b>	(2,49)	(340,9)
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Gerais e administrativas	(67.953)	(3,20)	(56.703)	(3,40)	19,9
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(9.293)	(0,44)	48.578	2,91	(113,9)
Ganhos líquidos sobre ativos financeiros e de contratos	2.547	0,12	-	n/a	n/a
	<b>(74.699)</b>	(3,52)	<b>(8.125)</b>	(0,49)	819,4
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>25.501</b>	1,20	<b>(49.717)</b>	(2,98)	(151,3)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(10.902)</b>	(0,51)	<b>16.167</b>	0,97	(167,4)
Despesas financeiras	(37.586)	(1,77)	(22.500)	(1,35)	67,1
Receitas financeiras	5.770	0,27	9.492	0,57	(39,2)
Receitas (despesas) com variação monetária/cambial	20.914	0,98	29.175	1,75	(28,3)
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>14.599</b>	0,69	<b>(33.550)</b>	(2,01)	(143,5)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>(7.224)</b>	(0,34)	<b>7.936</b>	0,48	(191,0)
Tributos correntes	(1.611)	(0,08)	-	0,00	(100,0)
Tributos diferidos	(5.613)	(0,26)	7.936	0,48	(170,7)
<b>Lucro (prejuízo) do exercício</b>	<b>7.375</b>	0,35	<b>(25.614)</b>	(1,54)	(128,8)
Lucro (prejuízo) líquido básico e diluído atribuído aos acionistas (expresso em R\$ por lote de ações – 2017 e R\$ por lote de milhões de ações – 2016)	0,07		(0,12)		

### Receitas

No exercício social findo 31 de dezembro de 2017, a receita líquida somou R\$ 2,125 bilhões, representando um aumento de 27,4% sobre o mesmo período de 2016, no valor de R\$ 1,667 bilhão. O crescimento da receita foi devido, principalmente, à receita de serviços acessórios.

### Custos e Despesas

Os custos dos serviços prestados no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 2,024 bilhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 18,5% em relação ao mesmo período de 2016, no valor de R\$ 1,709 bilhão. Os principais fatores que alavancaram os custos em 2017 foram despesas com pessoal, material, partilha de frete e alugueis.

### Despesas Gerais e Administrativas

As despesas com vendas e administrativas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 totalizaram R\$ 67,9 milhões, o que representou um aumento de, aproximadamente, 19,8% em relação ao mesmo período de 2016, no valor de R\$ 56,7 milhões. A variação é basicamente justificada pelo aumento do compartilhamento de despesas com a VLI S/A e a VLI Multimodal S/A.

### Outras receitas (despesas) operacionais líquidas

As outras receitas (despesas) operacionais líquidas totalizaram R\$ 9,3 milhões negativos em 31 de dezembro

de 2017 o que representou uma redução de, aproximadamente, 1191,1% em relação ao mesmo período de 2016, quando totalizou R\$ 48,6 milhões positivos. O principal impacto é justificado com base nas multas contratuais e processos judiciais.

### **Resultado operacional**

O valor do resultado operacional da Companhia passou de R\$ 49,7 milhões negativos em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 25,5 milhões positivos em 31 de dezembro de 2017. A expressiva variação positiva decorreu principalmente pelo aumento da receita líquida conforme evidenciado acima.

### **Resultado financeiro**

O resultado financeiro líquido em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 10,9 milhões negativos contra o resultado positivo em 31 de dezembro de 2016 de R\$ 16,2 milhões, representando uma redução de 167,4%. Tal variação se deu basicamente, em razão do aumento das despesas financeiras com o ajuste a valor presente.

### **Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social**

O valor do lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social da Companhia passou de um prejuízo de R\$ 33,5 milhões em 31 de dezembro de 2016 para um lucro de R\$ 14,6 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de aproximadamente 143,5%. Tal variação se deu em razão do aumento da receita líquida do período.

### **Lucro (Prejuízo) Líquido do exercício**

Em 2017 a empresa apurou um lucro de R\$ 7,4 milhões em 2017, um aumento de R\$ 33 milhões acima do resultado de 2016.

## **FLUXO DE CAIXA - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 EM COMPARAÇÃO AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

### **Em milhares de Reais**

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>		(reapresentado)
Lucro (prejuízo) do exercício	7.375	(25.614)
<b>Ajustes:</b>		
Depreciação e amortização	349.334	296.141
Provisões para perdas e processos judiciais	7.910	(22.926)
Despesas (receitas) com variação monetária/cambial	(20.914)	(29.176)
Despesas de arrendamento pagas antecipadamente	1.825	1.825
(Ganho) na alienação de ativo imobilizado e intangível	5.535	13.872
Receitas diferidas	(1.567)	(1.567)
Ajuste a valor presente	16.819	(6.841)
Despesas com benefícios a empregados	1.607	601
Tributos diferidos sobre lucro	5.613	(7.936)
Despesas financeiras – Leasing	5.645	3.754
	<u><b>379.182</b></u>	<u><b>222.133</b></u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber	(30.851)	132.225
Estoques	(14.431)	(2.417)
Tributos a recuperar	4.877	40.207
Contas a receber da RFFSA (União)	(294)	877
Despesas pagas antecipadamente	1.594	7.621
Depósitos judiciais	31.181	(20.238)



Sinistros a recuperar	7.641	2.128
Demais ativos	(2.679)	(4.724)
Fornecedores	(26.821)	73.950
Contas a pagar	236.512	97.848
Tributos a recolher	364	(5.067)
Obrigações sociais e trabalhistas	44.367	(31.640)
Benefícios a empregados	(36)	157
Arrendamento e concessões	(12.179)	4.934
Antecipações de clientes	(8.693)	55.640
Demais passivos	(14.234)	(15.262)
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	<b>595.500</b>	<b>558.372</b>
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(3.561)	(2.680)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>591.939</b>	<b>555.692</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Recebimento pela venda de imobilizado	5.770	11.712
Compra de ativo imobilizado e intangível	(535.174)	(634.756)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(529.404)</b>	<b>(623.044)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	119.978
Pagamentos de leasing	(38.705)	(43.612)
<b>Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(38.705)</b>	<b>76.366</b>
<b>Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>23.830</b>	<b>9.014</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	49.217	40.203
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	73.047	49.217

Em 2017 a companhia apresentou um aumento de caixa da ordem de R\$ 23,8 milhões em comparação ao ano anterior.

## 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### a. Resultados das operações da Companhia, em especial:

#### i) Descrição de quaisquer componentes importantes na receita

A receita bruta da Companhia passou de R\$ 2,439 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 para R\$ 2,733 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, o que representa um aumento de 12,0% em comparação a 2017.

As receitas da Companhia advêm principalmente do transporte ferroviário de granéis agrícolas e produtos industrializados. Assim, os componentes da receita da Companhia estão diretamente relacionados com o volume de carga transportada e o preço médio contratado. Além dos granéis agrícolas e produtos industrializados, pela malha da Companhia são também movimentadas mercadorias diversas, tais como produtos siderúrgicos, calcário e insumos da indústria siderúrgica, a maioria em regime de direito de passagem e tráfego mútuo.

Em 2018, a receita líquida da FCA aumentou 13,6% sobre o exercício anterior. O principal fator de sustentação desse crescimento foi o aumento de exportação da safra de soja .

#### **Agricultura**

O segmento de Agricultura tem como principais produtos transportados a soja, milho, açúcar. A receita acumulado do segmento foi de R\$ 1,6 bilhão, resultando no crescimento de 15,0 % quando comparado a 2017 para 18 bilhões de TKU.

#### **Industrializados**

O transporte de industrializados teve um crescimento concentrado em combustíveis e produtos siderúrgicos,

apesar de se manter nos patamares do ano anterior.. O Segmento finalizou o ano com 4,6 bilhões de TKU transportados A receita total desse segmento em 2018 foi de R\$ 485 milhões.

### **Siderurgia e Construção**

O segmento de Siderurgia e Construção apresentou uma queda de 18 % em 2018, alcançando 1,5 bilhões de TKU. A queda percebida foi no transporte de insumos para Siderurgia (minério) e produtos siderúrgicos (aço). A receita desse segmento totalizou R\$ 154 Milhões em 2018. Destacam-se como principais produtos o Minério, Calcário, Ferro Gusa, Cimento, Coque e Aço.

### **Investimentos**

Em 2018, a FCA investiu o valor total de R\$ 571,2 milhões, 10% superior ao ano de 2017. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança.

### **ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**

Os resultados operacionais da Companhia são afetados, principalmente, pelos custos associados às suas atividades, conforme mencionados no item 10.1(h). A administração da Companhia vem implementando ações visando à melhoria da margem operacional, compreendendo reduções de custos e melhoria de sua eficiência operacional, conforme evidenciado no item 10.1(h).

### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Em 2018, a receita líquida aumentou 13,6% sobre o exercício anterior, principalmente em razão do aumento da receita de transporte ferroviário.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia, quando relevante.**

Os combustíveis são o principal insumo da Companhia, sendo que, em 2018, as despesas com combustíveis representaram aproximadamente 27,5% dos seus custos operacionais ante 25,8% em 2017. O aumento das despesas de combustíveis justifica-se pelo índice inflacionário do diesel quando comparado com 2017.

## **10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

### **a. Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

### **b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária da Companhia nos 3 (três) últimos exercícios.

### **c. Eventos ou operações não usuais**

## **(i) REFIS - Contrato de cessão de créditos fiscais**

Com o advento da Lei 12.865/13 de 9 de outubro de 2013 § 7º, os contribuintes poderiam liquidar os passivos junto à Receita Federal decorrentes de multas e juros moratórios, inclusive relativos a débitos inscritos em dívida ativa, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) próprios e de empresas domiciliadas no Brasil, por eles controladas em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 a FCA possuía registrado R\$ 484 milhões a título de créditos fiscais oriundos de prejuízos fiscais de imposto de renda e de base negativa da contribuição social. A Vale S.A. ("Vale"), a época detentora indireta do controle via participação em ações emitidas pela FCA, decidiu, se beneficiar do benefício

supracitado e adquirir as bases tributárias negativas das sociedades controladas.

Em novembro de 2013 a Vale e a FCA celebraram um contrato de cessão de créditos fiscais com validade de 25 anos, no montante nominal de R\$ 484 milhões, ajustando ao valor presente a operação com uma taxa de desconto de 7,8%. A Vale pagou à FCA a primeira parcela à vista (correspondente à 25% do montante - cerca de R\$ 121 milhões) e as demais parcelas serão realizadas com base no montante anual, equivalente ao benefício econômico que a FCA teria se ainda fosse titular dos créditos fiscais, ou seja, a Vale devolverá periodicamente à FCA os valores dos benefícios fiscais que esta faça jus, à medida em que esta apurar lucros tributáveis, até o limite do valor nominal dos créditos transferidos.

Em função da apuração de lucros tributários nos exercícios de 2015 e 2017 e de acordo com o que estabelece o contrato de cessão de créditos fiscais, a Vale pagou respectivamente em abril de 2016 e dezembro de 2017, os montantes de R\$ 3 milhões e R\$ 17 milhões.

Em dezembro de 2018 a Vale pagou o montante de R\$ 6,2 milhões, restando montante a receber de R\$ 250.618 (2017 - R\$ 254.890).

## **(ii) Registro créditos de ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a FCA registrou R\$ 139,2 milhões de créditos referentes ao ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS dos períodos de 2002 a 2017. Os mesmos foram reconhecidos em função de ter o Supremo Tribunal Federal, no RE nº 574.706, em sede de repercussão geral, pacificado o entendimento pela inconstitucionalidade da abrangência no imposto estadual no conceito de receita.

## **10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

### **a. Mudanças significativas nas práticas contábeis**

#### **Alterações adotadas pela Companhia**

A seguir indicamos as alterações de normas que foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2018.

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 / IFRS 15 - “Receitas de Contratos com Clientes” (vide “i”) e o CPC 48 / IFRS 9 Instrumentos Financeiros (vide “ii”) a partir de 1º de janeiro de 2018. As demais alterações não tiveram impactos materiais para a Companhia.

#### i. CPC 47 / IFRS 15 - “Receita de contrato com cliente”

O CPC 47 / IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui o CPC 30 / IAS 18 - “Receitas”, o CPC 17 / IAS 11 - “Contratos de Construção” e interpretações relacionadas.

A Companhia adotou o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com efeito de adoção inicial da norma reconhecida na data da aplicação inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reapresentada e, desta forma, foi apresentada conforme reportado anteriormente de acordo com o CPC 30 / IAS 18, CPC 17 / IAS 11 e interpretações relacionadas.

A Companhia não identificou impacto da transição para o CPC 47 / IFRS 15 sobre lucros acumulados e outros resultados abrangentes em 1º de janeiro de 2018.

#### ii. CPC 48 / IFRS 9 - “Instrumentos financeiros”

O CPC 48 / IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 / IAS 39 - “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”.

#### Classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 retém em grande parte os requerimentos existentes no CPC 38 / IAS 39 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. No entanto, ele elimina as antigas categorias do CPC 38 / IAS 39 para ativos financeiros: mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

A adoção do CPC 48 / IFRS 9 não teve um efeito significativo nas políticas contábeis da Companhia relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativo. O impacto do CPC 48 / IFRS 9 na classificação e mensuração de ativos financeiros está descrito abaixo.

	<b>Classificação original - CPC 38 / IFRS 9</b>		<b>Nova classificação - CPC 48 / IFRS 9</b>	<b>Saldo em 31/12/2017 (inalterado)</b>
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos recebíveis	e	Custo amortizado	73.047
Contas a receber	Empréstimos recebíveis	e	Custo amortizado	561.568
Demais ativos e sinistros a recuperar	Empréstimos recebíveis	e	Custo amortizado	88.678
Outros ativos financeiros	Valor justo		Valor justo	483
				<b>723.776</b>
Fornecedores	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	186.624
Contas a pagar	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	339.855
Arrendamentos e concessão	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	37.880
Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC	Outros passivos financeiros		Outros passivos financeiros	79.978
				<b>644.337</b>

#### Impairment de ativos financeiros

O CPC 48 / IFRS 9 substituiu o modelo de “perda incorrida” do CPC 38 / IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada. O novo modelo de *impairment* aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as perdas de crédito são reconhecidas mais cedo do que de acordo com o CPC 38 / IAS 39.

#### Mensuração de perdas de crédito esperadas

A Companhia mensura a perda de crédito esperada de modo que reflita entre outras as condições atuais e previsões de condições econômica futuras. Desse modo, através da análise histórica que considera agrupamentos apropriados de acordo com a experiência de perda de crédito histórica, calcula-se o fator de probabilidade de perda que é ajustado por coeficiente de sensibilização futura atrelado a indicadores macroeconômicos. Os fatores ponderados pelo coeficiente de expectativa futura são alocados por faixa de vencimento dos recebimentos vencidos e a vencer que variam de 30 a 150 dias na data-base de divulgação das demonstrações financeiras.

#### **b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve efeitos significativos pela adoção das novas práticas contábeis supracitadas.

#### **c. Ênfases presentes no parecer do auditor**

##### **Efeitos da resolução 4.131 - ANTT**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 29 às demonstrações financeiras, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (“ANTT”), por meio da resolução 4.131 de 3 de julho de 2013, alterada pelas resoluções 4.160, 4.750 e 5.101 e da Deliberação 29, de 21 de janeiro de 2016, definiu as diretrizes de contabilização decorrente da desativação e devolução de trechos “antieconômicos” que compõem a malha ferroviária sob a concessão da Companhia. De acordo com a referida deliberação, parte das possíveis mutações patrimoniais relacionada à transferência de propriedade do bem dado em pagamento em decorrência deste assunto, somente terá sua cessão permitida após elaboração de instrumentos jurídicos, que não ocorreram até a conclusão dos nossos trabalhos. Os efeitos desse assunto sobre as demonstrações financeiras ocorrerão quando da aprovação dos projetos e dos respectivos cronogramas pelo Poder Concedente. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Transações relevantes com Partes Relacionadas**

Chamamos a atenção para o fato que parte relevante das operações de vendas de serviços são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa nº 7 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está, adicionalmente, ressalvada em relação a esse assunto.

#### **d. Ressalvas no parecer do auditor**

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 apresenta na rubrica de impostos a recuperar, no ativo circulante e não circulante, os montantes de R\$ 182.321 mil e R\$ 86.241 mil, dos quais R\$ 70.228 mil e R\$ 69.029 mil, respectivamente, referem-se a crédito reconhecido em 2018 em função de ação judicial para exclusão do ICMS da base de cálculo de PIS e COFINS pagos pela Companhia no período de 2002 a 2017. De acordo com CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (IAS 37), um ativo somente pode ser reconhecido nas demonstrações financeiras, quando for praticamente certo que ocorrerá a entrada de benefícios econômicos. Considerando que a Companhia registrou demanda baseada apenas no Recurso Extraordinário julgado pelo Supremo Tribunal Federal - STF em 2017, sem decisão transitada em julgado, o critério para o reconhecimento contábil desse ativo não é atendido. Consequentemente, o ativo circulante e não circulante em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a maior em R\$ 70.228 mil e R\$ 69.029 mil, respectivamente, o passivo circulante a maior em R\$ 51.049 mil, o lucro líquido do exercício e patrimônio líquido a maior em R\$ 88.208 mil, respectivamente, líquido dos efeitos tributários.

#### **10.5 - Políticas contábeis críticas**

A Companhia preparou suas demonstrações financeiras com base em estimativas decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes.

Na elaboração das demonstrações financeiras, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes à provisão de perdas de contas a receber de clientes, seleção de vidas úteis do ativo imobilizado, definição dos prazos para amortização do intangível com vida útil definida, provisões necessárias para processos judiciais prováveis, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

#### **(a) Estimativas e premissas contábeis críticas**

A aplicação de estimativas contábeis geralmente requer que a administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que podem afetar a situação patrimonial da Companhia, envolvendo os ativos, passivos, receitas e despesas.

As transações envolvendo tais estimativas podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Companhia, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem divergir das suas estimativas.

As principais estimativas e premissas que apresentam riscos significativos, com possibilidade de causar ajustes relevantes nos valores de ativos e passivos no próximo exercício social estão contempladas a seguir:

#### **(i) Redução do valor recuperável de ativos**

A administração da Companhia adota premissas em testes de determinação da recuperação de ativos financeiros, para determinação do seu valor recuperável e reconhecimento de "*impairment*", quando aplicável. Diversos eventos de natureza incerta colaboraram na determinação das premissas e variáveis utilizadas pela administração na avaliação de eventual "*impairment*".

#### **(ii) Revisão da vida útil dos bens patrimoniais e da amortização do intangível**

A Companhia reconhece regularmente as despesas relativas à depreciação de seu imobilizado e à amortização de seus intangíveis. As taxas de depreciação e amortização são determinadas com base nas suas estimativas durante o período pelo qual a Companhia espera geração de benefícios econômicos.

#### **(iii) Provisão para processos judiciais**

A Companhia constituiu provisões para processos judiciais com base em análises dos processos em andamento. Os valores foram registrados com base no parecer dos consultores jurídicos visando cobrir perdas prováveis.

#### **(iv) Tributos diferidos sobre o lucro**

A Companhia reconhece o efeito do imposto diferido de prejuízo fiscal e das diferenças temporária em seus demonstrativos financeiros. A constituição dos tributos diferidos sobre o lucro, ativos e passivos requer



estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. As avaliações realizadas dependem da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado na produção e planejamento de vendas, custos operacionais.

**(v) Benefícios de planos de previdência privada**

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos públicos (Notas do Tesouro Nacional), sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

**(b) Julgamentos críticos na aplicação de práticas contábeis da Companhia**

**Concessão**

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas nos editais de privatização e nos contratos de concessão das malhas ferroviárias. Na medida em que não há controle substantivo para quem deve ser prestado o serviço e não há controle substantivo de preço, a IFRIC 12/ICPC 01 não é aplicável à Companhia e, portanto, os ativos por ela adquiridos são tratados no âmbito do IAS 16/CPC 27 - "Ativo Imobilizado", IAS 17/CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" e a Orientação OCPC 05 - "Contratos de Concessão". Os contratos de concessão serão extintos por: término do prazo contratual; encampação; caducidade; rescisão; anulação e falência; ou extinção da concessionária.

Na eventualidade de ocorrer extinção de alguma das concessões, os principais efeitos seriam os seguintes:

- (i) Retornariam à União todos os direitos e privilégios transferidos, junto com os bens arrendados e aqueles resultantes de investimentos que forem declarados reversíveis pela União por serem necessários à continuidade da prestação do serviço concedido.
- (ii) Os bens declarados reversíveis seriam indenizados pela União tendo como base o valor residual do custo, apurado pelos registros contábeis, depois de deduzidas as depreciações; tal custo estaria sujeito à avaliações técnica e financeira por parte da União. Toda e qualquer melhoria efetivada na superestrutura da via permanente não seria considerada investimento para fins dessa indenização.

A aplicação das orientações do ICPC 01 e da OCPC 05 requer julgamentos significativos por parte da administração da Companhia, principalmente quanto aos seguintes aspectos:

- (i) Conclusão de que a essência econômica dos contratos de concessão e arrendamento é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário.
- (ii) Conclusão de que o poder concedente não define a quem os serviços objetos da concessão devem ser prestados, prevalecendo o interesse comercial das concessionárias.
- (iii) Conclusão de que, apesar de existir limites máximos das tarifas de referência ("*price cap*") controladas pela ANTT, na prática, o poder concedente não determina qual o preço que deverá ser cobrado pelos serviços prestados pelas concessionárias, pois a base para precificação é o próprio mercado, considerando que esse "*price-cap*" é raramente atingido.
- (iv) Conclusão de que os contratos de concessão e arrendamento oriundos da União (extinta RFFSA) são contratos de execução, devendo ser apropriados ao resultado mensalmente, ao longo do prazo de concessão, ao invés de registrados integralmente no momento inicial da concessão.
- (v) Conclusão de não ser aplicável registrar no momento inicial da concessão nenhum ativo financeiro, por não haver uma clara evidência do direito contratual incondicional de receber, da concedente, caixa ou outro ativo financeiro pelos ativos vinculados a concessão de serviços públicos.

Para esses julgamentos, a Companhia considerou, entre outros fatores, a análise detalhada das mencionadas orientações técnicas e as discussões das mesmas no âmbito da Associação Nacional dos Transportadores Ferroviários - ANTF.



#### **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

##### ***a. Ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)***

A Companhia não detinha ativos e passivos, direta ou indiretamente, que não apareciam no seu balanço patrimonial nos 3 (três) últimos exercícios sociais.

##### ***b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras***

Nos 3 (três) últimos exercícios sociais, não havia itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

#### **10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Vide item 10.6, acima.

#### **10.8 - Plano de negócios**

##### ***a. Investimentos***

###### ***i.) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.***

###### **Investimentos**

Em 2018, a FCA investiu o valor total de R\$ 571,2 milhões, 10% superior ao ano de 2017. Os recursos foram alocados na manutenção, renovação e modernização dos ativos operacionais (via permanente e material rodante), além de projetos de meio ambiente e saúde e segurança.

Em 2019, com base nas premissas orçamentárias da Companhia, serão investidos, aproximadamente, R\$ 122 milhões (capital), R\$ 538 milhões (corrente) os quais serão aplicados na manutenção e melhorias da via permanente, na modernização de locomotivas e vagões, na construção e ampliação de pátios de cruzamento de trens e na manutenção e melhoria de oficinas e postos de abastecimento além de investimentos em meio ambiente e Saúde e Segurança.

###### ***ii.) Fontes de financiamento dos investimentos***

As fontes de financiamento dos investimentos provêm, principalmente, da geração de caixa operacional da Companhia e de aportes das controladoras.

###### ***iii.) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos***

Em 31 de dezembro de 2018, não havia desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

##### ***b. aquisições já divulgadas de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia***

A Companhia não divulgou, até a presente data, a aquisição de novos ativos que possam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva, com exceção das estimativas de investimentos futuros descritas no item 10.10 (a) acima.

##### ***c. Novos produtos e serviços***

###### ***i.) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas***

Não há, até a data desta Proposta de Administração, pesquisas em andamento já divulgadas.

###### ***ii.) montantes totais gastos pela Companhia em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Em 2018 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 6,3 milhões, frente aos R\$ 4,7 milhões gasto em 2017.

***iii.) projetos em desenvolvimento já divulgados***

Para 2018 estão previstos R\$ 6,48 milhões de investimentos em Pesquisa e desenvolvimento.

***iv.) montantes totais gastos pela Companhia no desenvolvimento de novos produtos ou serviços***

Em 2018 o investimento em pesquisa e desenvolvimento foi de R\$ 6,3 milhões, frente aos R\$ 4,7 milhões gasto em 2017.

**10.9 - Outros fatores com influência relevante**

Em 31 de dezembro de 2018, não havia outros fatores que influenciassem de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2019**

**(II) PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018**

A diretoria da Ferrovia Centro Atlântica S/A, em conformidade com o disposto no artigo 192 da Lei 6.404 (com nova redação dada pelas leis 10.303 e 11.638), vem apresentar a Assembleia Geral de Acionistas proposta para destinação do resultado apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

O lucro líquido do exercício, evidenciado na Demonstração de Resultado, foi de R\$ 132.801.269,16 (cento e trinta e dois milhões, oitocentos e um mil, duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos), consoante os princípios contábeis previstos na legislação societária brasileira e as normas e pronunciamentos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM); para o qual se propõe a utilização de forma a amortizar parte do Prejuízo dos exercícios anteriores, conforme detalhado abaixo.

**LUCRO DO EXERCÍCIO**

O lucro do exercício de 2018 é de R\$ 132.801.269,16 (cento e trinta e dois milhões, oitocentos e um mil, duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos).

**RESUMO**

<b>Composição:</b>	<b>Valores em Reais</b>
Prejuízos acumulados até o exercício de 2017	(169.985.109,14)
Amortização parte do Prejuízo exercícios anteriores	132.801.269,16
Prejuízos acumulados até o exercício de 2018	37.183.839,98

Nos termos do Art. 9º, § 1º, inciso II e do Anexo 9-1-II da Instrução CVM nº 481/09, destacamos o seguinte:

<b>DESCRIÇÃO</b>	<b>DADOS</b>
<b>1. Lucro referente ao exercício social de 2018</b>	R\$ 132.801.269,16 (cento e trinta e dois milhões, oitocentos e um mil, duzentos e sessenta e nove reais e dezesseis centavos)
<b>2. Montante dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre o capital próprio já declarados</b>	Não aplicável
<b>3. Percentual do lucro líquido do exercício distribuído</b>	Não aplicável
<b>4. Montante global e valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores</b>	Não aplicável
<b>5. Remuneração do exercício deduzidos os juros sobre o capital próprio declarados</b>	Não aplicável
<b>6. Montante dos Dividendos e dos Juros sobre o capital próprio já declarados e data dos respectivos pagamentos</b>	Não aplicável

<p><b>7. Fornecer tabela comparativa indicando lucro líquido e dividendo e juros sobre o capital próprio do exercício dos 3 (três exercícios anteriores) por ação de cada espécie e classe</b></p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>8. Destinação de lucros à reserva legal</b>  <b>a. Identificar o montante destinado à reserva legal</b>  <b>b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal</b></p>	<p>Detalhamento da forma de cálculo da reserva legal:          Nos termos do artigo 26º § 1º do Estatuto social: do resultado do exercício, serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados e a provisão para imposto de renda. Do lucro líquido do exercício, destinar-se-ão:          a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o máximo previsto em lei, reserva essa que poderá ser posteriormente capitalizada ou compensada com prejuízos;          Esta reserva limita-se ao limite de 20% do capital social, por força do disposto no art. 193 da Lei nº 6404/76.          Tal reserva pode deixar de ser constituída no exercício em que o saldo da reserva legal, acrescido do montante das reservas de capital (art. 182 da Lei 6.404/76), exceder 30% do capital social.</p>
<p><b>9. Ações preferenciais com direito a dividendos fixo ou mínimos</b></p>	<p>Descrição da fórmula do cálculo:          Nos termos do art. 4º do Estatuto Social, os titulares de ações preferenciais terão direito de participar do dividendo a ser distribuído calculado na forma do Capítulo VI do Estatuto Social com o seguinte critério:          a) prioridade no recebimento dos dividendos mencionados correspondente a, no mínimo, 3% (três por cento) do valor do patrimônio líquido da ação;          b) direito de participar dos lucros distribuídos em igualdade de condições com as ordinárias, depois de a estas assegurado dividendo igual ao mínimo prioritário estabelecido em conformidade com a alínea "a".</p>
<p><b>10. Dividendo obrigatório</b></p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da empresa (a) Informar o montante da retenção; (b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos; (c) Justificar a retenção dos dividendos</b></p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências (a) Identificar o montante destinado à reserva; (b) Identificar a perda considerada provável e sua causa; (c) Explicar porque a perda foi considerada provável; (d) Justificar a constituição da reserva</b></p>	<p>Não aplicável</p>
<p><b>13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar (a) Informar o montante destinado à</b></p>	<p>Não aplicável</p>

<b>reserva de lucros a realizar; (b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva</b>	
<b>14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias (a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva; (b) Identificar o montante destinado à reserva; (c) Descrever como o montante foi calculado</b>	Não aplicável
<b>15. Retenção de lucros prevista em orçamento de capital</b>	Não aplicável
<b>16. Destinação do resultado para a reserva de incentivos fiscais a. Informar o montante destinado à reserva; e b. Explicar a natureza da destinação</b>	Não aplicável

**PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2019**

**(III) REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

*(Conforme item 13 do Formulário de Referência)*

**13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**

**a. Objetivos da política ou prática de remuneração**

A Companhia não adota uma política formal de remuneração de seus administradores, na medida em que a prática é de renúncia a toda e qualquer remuneração por parte de quase todos os seus administradores.

Considerando que todos os administradores da Companhia integram o quadro de funcionários da nossa controladora indireta, a VLI S.A., as suas remunerações compõem o quadro de salários e benefícios da VLI S.A. À exceção de 1 (um) integrante do conselho administrativo, que recebe a remuneração prevista no Estatuto.

**b. Composição da remuneração**

- (i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um;*
- (ii) Proporção de cada elemento na remuneração total;*
- (iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração;*
- (iv) Razões que justificam a composição da remuneração.*
- (v) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato.*

A remuneração global é fixada anualmente em assembleia geral, conforme artigo 152 da Lei das Sociedades por Ações. Aos membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia é atribuído o pagamento de uma remuneração fixa. Não há pagamento de quaisquer benefícios, verbas de representação ou participação nos resultados da Companhia.

Usualmente, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria da Companhia renunciam a remuneração a que fariam jus, com exceção de 1 (um) membro, uma vez que todos os administradores ocupam simultaneamente cargos remunerados em sua controladora indireta, a VLI S.A, com exceção do representante sindical.

**c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração**

A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima, portanto não há qualquer influência do desempenho da Companhia em suas remunerações.

**d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho**

A remuneração de administradores da Companhia é composta apenas por parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima, portanto não há qualquer influência do desempenho da Companhia em suas remunerações.

**e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo**

A remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas por parcela fixa, conforme descrito no item 13 (b) acima. Além disso, usualmente os administradores da Companhia renunciam à remuneração a que fariam direito. Desta forma, não há relação relevante entre os interesses de curto, médio e longo prazo da Companhia e a remuneração de seus administradores.

**f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos**

Todos os administradores da Companhia integram o quadro de funcionários da VLI S.A., controladora indireta da Companhia, com exceção do representante sindical. Desta forma, a remuneração dos administradores da Companhia que integram o quadro de funcionários da VLI S.A. compõe o quadro de salários e benefícios desta sociedade e não está relacionada ao exercício dos cargos de administração na Companhia, nos termos descritos no item 13.5 deste Formulário de Referência. de salários e benefícios desta sociedade e não está relacionada ao exercício dos cargos de administração



na Companhia, nos termos descritos no item 13.5 deste Formulário de Referência.

**g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia**

Em 31 de dezembro de 2018, não havia qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia.

**h. Práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:**

**os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam**

A remuneração individual do conselho de administração e da diretoria é definida e aprovada em Assembleia Geral mediante proposta realizada anualmente.

**critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos**

Para definição da remuneração individual do conselho de administração e da diretoria são consideradas as práticas de mercado e as particularidades do negócio. Periodicamente são realizadas pesquisas salariais, conduzidas por consultorias especializadas, para comparação da remuneração total em relação ao *peer group* selecionado.

**com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor**

A remuneração do conselho de administração e da diretoria são avaliados anualmente mediante proposta apresentada na Assembleia Geral.

**13.2 - Remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:**

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2019 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de Membros</b>	5	5	0	10
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário ou Pró-labore	16.776,00	6.000,00	0	22.776,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0	0	0
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos Resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações variáveis	0	0	0	0
<b>Pós-Emprego</b>	0	0	0	0
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	0
<b>Baseada em ações</b>	0	0	0	0
<b>Observação</b>	0	0	0	0
<b>Total da Remuneração</b>	<b>16.776,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0</b>	<b>22.776,00</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2018 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número de Membros</b>	5	5	0	10
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário ou Pró-labore	16.248,00	6.000,00	0	22.248,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0	0	0
Participação em comitês	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0	0	0
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus	0	0	0	0
Participação nos Resultados	0	0	0	0
Participação em reuniões	0	0	0	0
Comissões	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0
Descrição de Outras Remunerações variáveis				
<b>Pós-Emprego</b>	0	0	0	0
<b>Cessação do cargo</b>	0	0	0	0
<b>Baseada em ações</b>	0	0	0	0
<b>Observação</b>	0	0	0	0
<b>Total da Remuneração</b>	<b>16.248,00</b>	<b>6.000,00</b>	<b>0</b>	<b>22.248,00</b>

<b>Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2017 - Valores Anuais</b>				
	<b>Conselho Administração</b>	<b>Diretoria Estatutária</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
<b>Número de Membros</b>	5	5		10
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário ou Pró-labore	16.044,00	6.000,00		22.044,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0		0
Participação em comitês	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0		0
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus	0	0		0
Participação nos Resultados	0	0		0
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações variáveis				
<b>Pós-Emprego</b>	0	0		0
<b>Cessação do cargo</b>	0	0		0
<b>Baseada em ações</b>	0	0		0
<b>Observação</b>	0	0		0
<b>Total da Remuneração</b>	<b>16.044,00</b>	<b>6.000,00</b>		<b>22.044,00</b>

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2016 - Valores Anuais				
	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de Membros</b>	5	5		10
<b>Remuneração Fixa Anual</b>				
Salário ou Pró-labore	15.360,00	6.000,00		21.360,00
Benefícios Direto ou Indireto	0	0		0
Participação em comitês	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações Fixas	0	0		0
<b>Remuneração Variável</b>				
Bônus	0	0		0
Participação nos Resultados	0	0		0
Participação em reuniões	0	0		0
Comissões	0	0		0
Outros	0	0		0
Descrição de Outras Remunerações variáveis				
<b>Pós-Emprego</b>	0	0		0
<b>Cessação do cargo</b>	0	0		0
<b>Baseada em ações</b>	0	0		0
<b>Observação</b>	0	0		0
<b>Total da Remuneração</b>	<b>15.360,00</b>	<b>6.000,00</b>		<b>21.360,00</b>

**13.3 - Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

**13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente**

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

**13.5 - Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária**

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

**13.6 - Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social**

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

**13.7 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais**

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

**13.8 - Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.5 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções**

Não aplicável, uma vez que a remuneração dos administradores da Companhia é composta apenas pela parcela fixa.

**13.9 - Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros**

**valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão:**

	Ações Retidas Diretamente (emitidas pela Companhia)	Ações Retidas Indiretamente	Total
Conselho Administração	0	0	0
Diretoria Estatutária	0	0	0
Conselho Fiscal	0	0	0
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### 13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

A Companhia não confere aos membros do seu Conselho de Administração e da sua Diretoria planos de previdência.

### 13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

#### Valores anuais:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2016
Número de Membros	5	5	5	5	5	5	0	0	0
Valor da Maior Remuneração (Reais)	0	0	0	11.448,00	11.244,00	10.560,00	0	0	0
Valor da Menor Remuneração (Reais)	0	0	0	11.448,00	11.244,00	10.560,00	0	0	0
Valor Médio da Remuneração (Reais)	0	0	0	11.448,00	11.244,00	10.560,00	0	0	0

#### Observações:

Diretoria Estatutária	
31/12/2018	Todos os diretores estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
31/12/2017	Todos os diretores estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.
31/12/2016	Todos os diretores estatutários da Companhia renunciaram à remuneração no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

Conselho de Administração	
31/12/2018	Todos os administradores da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Agnaldo Francisco da Silva que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2018, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2017	Todos os administradores da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Mario Ricardo Aparecido dos Santos que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2017, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.
31/12/2016	Todos os administradores da Companhia renunciaram ao direito sobre a remuneração que lhes seria devida, com exceção do Sr. Mario Ricardo Aparecido dos Santos que, pela participação no Conselho de Administração da Companhia, durante o exercício social de 2016, fez jus ao recebimento ao tempo em que efetivamente exerceu o cargo de conselheiro. Desta forma o valor da maior remuneração do Conselho de Administração é igual ao valor médio da remuneração.

Conselho Fiscal	
31/12/2018	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.
31/12/2017	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.
31/12/2016	O Conselho Fiscal da Companhia não foi instalado para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016.

**13.12 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor**

Em 31 de dezembro de 2018, não havia arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores da Companhia em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

**13.13 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:**

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2018
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

  

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2017
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

  

Órgão	Exercício Social encerrado em 31/12/2016
Conselho de Administração	0%
Diretoria Estatutária	0%
Conselho Fiscal	0%

**13.14 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados**

Não houve pagamento de remuneração para os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária da Companhia por qualquer razão que não a função que ocupam.

**13.15 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos**

Não houve pagamento de remuneração para membros do Conselho de Administração, e da Diretoria Estatutária em razão da função que ocupam na Companhia que tenha sido reconhecido no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e/ou de controladas da Companhia, salvo o sr. Agnaldo Francisco da Silva que recebeu o valor de um salário mínimo mensal.

Contudo, os 4 membros do Conselho de Administração e todos os membros da Diretoria Estatutária da Companhia são também empregados de sua controladora direta VLI Multimodal ou de sua controladora indireta, a VLI S.A. Considerando que a VLI Multimodal é controlada pela VLI S.A. que detém 99,9% de sua participação, estes administradores receberam nos 3 (três) últimos exercícios sociais pagamentos referentes à remuneração não relacionada ao exercício de cargos na Companhia, conforme tabela consolidada das duas empresas, abaixo:

Exercício Social 2018

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	3.890.067	5.239.681	0	9.129.747
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2017

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	6.102.714	5.851.106	0	11.953.819
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

Exercício Social 2016

Em R\$	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Controladores diretos de indiretos	2.599.054	2.353.345	0	4.952.399
Controlador do Emissor	0	0	0	0
Sociedade sob controle comum	0	0	0	0

**13.16 - Outras informações relevantes**

A remuneração 2018 é inferior ao ano anterior, principalmente, em função da não realização de resgates do incentivo de longo prazo. Além disso, ocorreram alterações de membros do Conselho de Administração e Diretoria.



## **ANEXO I – EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

**FERROVIA CENTRO ATLÂNTICA S.A.**  
CNPJ/MF nº 00.924.429/0001-75  
NIRE: 31.300.011.879 (Companhia Aberta)

### **ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2019**

Ficam os Senhores acionistas da Ferrovia Centro Atlântica S.A., com sede na Rua Sapucaí, 383, na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 00.924.429/0001-75 (“Companhia”), convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (“Assembleia”), que se realizará no próximo dia 30 (trinta) de abril de 2019, às 10:00h (dez horas), na sede social da Companhia, a fim de deliberarem sobre:

Em Assembleia Geral Ordinária:

- (i) Apreciação do Relatório da Administração e exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e
- (ii) Proposta para a destinação do resultado dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2018.

Em Assembleia Geral Extraordinária:

- (i) A fixação da remuneração dos administradores da Companhia para o exercício de 2019.

Permanecem à disposição dos acionistas, na sede da Companhia e nas páginas da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ([www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia.

Informamos que o acionista deve comparecer à Assembleia munido de documento de identidade e comprovante de titularidade de ações de emissão da Companhia expedido pela instituição financeira depositária. É facultado a qualquer acionista constituir procurador, ou mais de um conforme o caso, para comparecer às assembleias e votar em seu nome. Na hipótese de representação, o acionista deverá observar os termos do Art. 126 da Lei nº 6.404/76, sendo certo que o procurador deverá ter sido constituído há menos de 1 (um) ano, e qualificar-se como acionista, administrador, advogado inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou, ainda, ser instituição financeira. No caso de procuração em língua estrangeira, esta deverá ser acompanhada dos documentos societários, quando relativos a pessoa jurídica, e do instrumento de mandato devidamente vertidos para o português, notariados e consularizados. Aos acionistas que se fizerem representar por procurador, solicitamos o envio do instrumento de procuração com 72 (setenta e duas) horas de antecedência da realização da Assembleia, para comprovação da legitimidade da representação.

Com o objetivo de facilitar e incentivar a participação de seus acionistas, a Ferrovia Centro Atlântica S.A. adotará o sistema de voto à distância nos termos da Instrução CVM 481, permitindo que os seus acionistas enviem boletins de voto à distância por meio de seus respectivos agentes de custódia ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes também na Proposta.

Belo Horizonte, 30 de março de 2019.

**Rodrigo Saba Ruggiero**  
Presidente do Conselho de Administração